



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE
E SECRETARIADO EXECUTIVO
INSTITUTO UFC VIRTUAL
CURSO SEMIPRESENCIAL DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO EM
GESTÃO PÚBLICA**

ANTONIO MÁRCIO GOMES DE SOUSA

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO JOSÉ ÓSIMO NA CIDADE DE
TAUÁ/CE: SUA MISSÃO E SEUS GARGALOS**

TAUÁ - CE

2014

ANTONIO MÁRCIO GOMES DE SOUSA¹

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO JOSÉ ÓSIMO NA CIDADE DE TAUÁ/CE:
SUA MISSÃO E SEUS GARGALOS.

Artigo científico apresentado ao Curso Semipresencial de Graduação em Administração em Gestão Pública, da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo/Instituto UFC Virtual da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração em Gestão Pública.

Orientadora: Profa. Maria Veirislene Lavor de Sousa²

1 Antonio Márcio Gomes de Sousa (aluno): Funcionário público, escritor (livros Sertão Encantado de Ritinha, Estória de Trancoso, Enigma do Tempo) – e-mail: marciogomeslacerda@gmail.com.

2 Maria Veirislene Lavor de Sousa (Professora Orientadora) – Mestre em Gestão de Sistemas de E-Learning, Especialista em Gestão e Coordenação de Instituições do Ensino Superior, Especialista em Sociologia e Licenciada em Ciências Sociais, Email: profa.veirislene@gmail.com

ANTONIO MÁRCIO GOMES DE SOUSA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO JOSÉ ÓSIMO NA CIDADE DE TAUÁ/CE:
SUA MISSÃO E SEUS GARGALOS

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi submetido à Coordenação do Curso Semipresencial de Graduação em Administração em Gestão Pública, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Administração em Gestão Pública, outorgado pela Universidade Federal do Ceará e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho do TCC é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Ms. Maria Veirislene Lavor de Sousa – UFC Virtual
Orientadora

Profa. Ms. Joana D'Arc Farias de Oliveira – UFC Virtual
Membro da banca examinadora

Profa. Ms. Nancy Fernandes Matias - UFC
Coordenadora do Curso Semipresencial em Administração em Gestão Pública

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO JOSÉ ÓSIMO NA CIDADE DE TAUÁ/CE: SUA MISSÃO E SEUS GARGALOS

Resumo

O presente artigo se propõe a analisar de que forma a Associação Comunitária no Bairro José Ósimo, cidade de Tauá, Estado Ceará, promove os mecanismos para a manifestação da participação popular em relação à gestão pública local. Dessa forma, serão abordados temas, assuntos e fatores que importantes, para uma compreensão clara do cenário onde essa entidade atua. Assim sendo, dados como o motivo que leva a participação dos habitantes do bairro nesse espaço público estudado, dificuldades, conhecimentos, fatores e internos e externos que influenciam diretamente e indiretamente no empenho e no despacho final das ações promovidas pela associação, são alguns dos assuntos que servirão como ponto de partida para uma investigação que possa esclarecer as dúvidas que este trabalho busca solucionar. De posse de conhecimentos sobre a construção da identidade dessa entidade pública no bairro, seus valores, suas metas e objetivos, será elaborada uma análise sistêmica sobre sua missão e seus gargalos e o papel sócio político perante a sociedade e a gestão pública local.

Palavras-chave: associações comunitárias, descentralização do Estado, participação direta civil.

Abstract

This article aims to analyze how the Community Association in Osimo Jose Neighborhood , City Taua , Ceara State , promotes mechanisms for the expression of popular participation in relation to the local public administration . Thus , themes , issues and important factors that are addressed to a clear understanding of the scenario in which that entity operates. Thus , data such as the reason that the participation of the inhabitants of the neighborhood in this public space studied , difficulty , knowledge , and internal and external factors that influence directly and indirectly the commitment and the final dispatch of the actions promoted by the association , are some of the issues that will serve as a starting point for an investigation that can clarify the doubts that this paper seeks to address. Armed with knowledge about the construction of the identity of that public entity in the neighborhood, their values, their goals and objectives, will develop a systemic analysis about its mission and its bottlenecks and socio-political role in society and the local public administration .

Keywords: community associations , decentralization of government , civilian direct participation .

1 INTRODUÇÃO

Antes de adentrarmos no assunto a que esse trabalho se propõe, é necessário fazermos um retrocesso histórico a fim de conhecermos a estrutura e os fatores que contribuíram de maneira relevante para o surgimento das associações comunitárias. Sem conhecermos a história no qual estes processos estão envolvidos, nossa compreensão sobre essas entidades sofre uma limitação, que pode trazer um conhecimento superficial e pouco efetivo,

prejudicando a real intenção deste trabalho, que é trazer informações profundas que possam instigar novos questionamentos e novas pesquisas nessa área da participação civil na gestão pública local. Outro ponto que devemos ressaltar nesse interim é que, poucas pesquisas foram realizadas em relação ao tema estudado. Os limitados trabalhos encontrados que fala sobre o assunto, motivo principal desse documento, são artigos publicados na internet de renomados estudiosos na área que, embora de grande relevância na construção do mesmo, demanda um esforço maior na busca da formação de um conhecimento efetivo devido essa limitação. Além disso, as matérias de pesquisas que falam sobre a participação popular por meio de associações civis retratam apenas os dilemas dos grandes centros urbanos, já que, não existe, até o momento, conhecimento de algum trabalho que fale dessas entidades publica nas pequenas cidades. “Não existem dados disponível sobre organização da sociedade civil em pequenas cidades brasileiras.” (AVRITZER, 2004, p. 9).

A associação comunitária do bairro José Ósimo, na cidade de Tauá, entidade pública, foco principal deste trabalho, trará um retrato ou esboço dessa entidade, a partir da coleta de informações necessárias para entender sua missão e seus gargalos no meio público local. Assim, estudaremos esses fatores na associação em questão, analisando sua atuação e seus problemas em relação ao êxito da missão a que se propõe. Contudo, essa pequena entidade publica é apenas um “cubo de gelo”, vamos dizer assim, “da ponta de um iceberg”, posto que o questionamento respaldado na ação dessa associação serve para um macroestrutura que trazem em seu bojo a mesma problemática.

Estabelecendo um ponto de partida para o projeto de pesquisa em questão, fica a seguinte pergunta: Quais são os fatores que contribuem para que essa associação comunitária tenha um desempenho, à primeira vista, limitado?

Associações poderiam vir a expressar um papel de socialização política ante sua comunidade de abrangência, contribuindo para promoção da cidadania e a participação democrática do país, mas é uma função que não desempenham ainda. Esta constatação, no plano teórico, vem reafirmar o juízo de que estamos ainda vivendo um processo de construção e amadurecimento democrático. (POZZER, 2010, p. 31)

O trabalho em questão tem como intuito estruturar uma pesquisa que estudará profundamente essa entidade pública, sendo um estudo de caso da Associação do bairro José Ósimo, nas cidades de Tauá/Ce, sua estrutura e procurar detectar as situações que possam esclarecer o questionamento acima citado.

Por ser uma pesquisa que trabalha um assunto ainda pouco explorado na região, se tratando de um estudo de caso da Associação de Pequenos Agricultores do Bairro Dr. José Ósimo, foi necessário a utilização de fontes bibliográficas e pesquisas de campo, para que fosse possível a produção de um conteúdo confiável e relevante buscando um conhecimento maior sobre a missão e os gargalos dessa entidade pública. Assim sendo, o trabalho em questão foi embasado em exaustivas fontes bibliográficas, contendo dados e conhecimentos sobre a estrutura, missão e problemas das associações comunitárias. Depois, realizou-se uma pesquisa de campo qualitativa, tendo como ferramentas para capturar dados relevantes, entrevistas com alguns membros e o presidente da associação comunitária. Vale resalta que, o conteúdo da entrevista foi cuidadosamente embasado em uma análise visual, realizado por vários dias, tendo como finalidade identificar variáveis influentes nesse espaço e utilizar esses dados colhidos, para elaborar perguntas que pudessem responder da melhor forma possível ao objetivo proposto. Foram entrevistas 20 membros, através de um questionário aberto, tendo cuidado para deixar o entrevistado com maior liberdade em se expressar. O instrumento de pesquisa em pauta teve como intenção principal, conhecer melhor o perfil desses participantes e seus conhecimentos sobre a entidade pública e seu papel sócio político no meio que atua.

Também foi feita uma entrevista com o presidente da associação, que tinha como finalidade, entender sobre uma óptica administrativa a missão e os gargalos dessa entidade. A captura de dados também contou com a observação não participativa, em relação a postura, ações e desempenho do presidente e a diretoria, de maneira discreta, diante dos pontos negativos e positivos presentes e que foram revelados através dos processos anteriores de captura de dados. Dessa forma foi possível entender um pouco mais sobre as costuras sociais, valores e cultura que permeiam o lugar em questão. O confronto desses conhecimentos, ou seja, o bibliográfico e o conseguido através da pesquisa de campo possibilitou um entendimento efetivo sobre a realidade da Associação de Pequenos Agricultores do Bairro Dr. José Ósimo, na cidade de Tauá-Ce.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

O setor público no Brasil, acompanhando uma tendência mundial, vem nas últimas décadas ampliando a participação popular em suas políticas públicas. Dessa forma, podem-se perceber influências antes neutralizadas por uma estrutura que, tinha o interesse das camadas mais abastadas como prioridade, ganhando espaço relevante nesse meio. Fatores como a força da opinião popular das classes mais pobres, até então negligenciadas, agora tem diante de si a chance de serem ouvidas e, além disso, exercer uma pressão significativa em relação à máquina pública. Contudo, entre a teoria e a realidade, ainda podemos perceber, à primeira vista, uma grande lacuna que impossibilita uma ação efetiva desse poder que a opinião popular, hoje, pode exercer. Um dos espaços públicos de grande importância nesse processo são as associações civis.

O Estado vem, ao longo dos anos, passando por diferentes reformas. Todavia, não obstante a implementação de uma série de modificações na maneira de sua organização e atuação, algumas características de modelos anteriores permaneceram, resultando em um Estado complexo, que convive ao mesmo tempo com aspectos não superados – como patrimonialismo – e novas tendências – como a modernização administrativa e princípios da administração pública gerencial. (ALBURQUERQUE, MARIA CARLOS, 2006, p. 15)

As associações civis são instrumentos democráticos relevantes na força da participação popular no setor público. Contudo, estas mesmas entidades encontram-se envolta em uma estrutura complexa, interligada com vários fatores e componentes do meio, que demandam conhecimentos, estruturas efetivas para potencializar o real papel das mesmas. Além disso, para que esses espaços civis desempenhe seu papel de maneira exitosa é necessário um rompimento com velhos paradigmas, que insistem em atuar no meio político contemporâneo. O foco em fatores técnicos, administrativo e fiscais tem alienado o governo em relação ao desenvolvimento de uma aproximação maior entre o poder publico e a sociedade civil. Assim sendo, a reforma do Estado, buscando uma descentralização efetiva, é necessário priorizar principalmente o fortalecimento das conexões entre o povo e o poder publico.(DINIZ, 2001, p. 20)

A prática efetiva da cidadania exige uma discussão político ideológica que a fundamenta. Mas exige também normas e instrumentos jurídicos de sua implementação, bem como a existência de movimentos sociais que agreguem e organizem os sujeitos capazes de exercê-la e, finalmente, um persistente trabalho de educação e debates nas escolas, meios de comunicação e outros espaços públicos. (MEDEIRO, 2002, p. 27 apud DE SOUSA, 2004)

O Brasil enfrenta até os dias de hoje, problemas com a falta de interesse da população para engajar-se em associações, seja esta qual for. Essa ausência de interesse e comodismo

civil em buscar seus direitos, perante o poder público, tem prejudicado o funcionamento das entidades com estrutura associativas e comprometido sua força no ambiente de atuação. Tal problema é um mal que tem suas raízes antigas, desde a colonização do país, e manteve essa influência de maneira sólida até a democratização nacional, vindo depois dessa a ser combatida, sofrendo assim, gradativamente, em passos lentos, enfraquecimento de sua força, processo que ainda continua.

A forma de colonização errônea, proporcionando o favorecimento dos interesses privados, causaram grandes diferenças sociais e, além disso, tecendo um tipo de estrutura e vínculo cultural que favoreceu a aceitação dessa sociedade para tipos de políticas verticais, que enfraqueciam ainda mais as iniciativas e tendências favoráveis à formação de estruturas sociais associativas, que instigasse a criação de entidades como associações comunitárias defensoras dos direitos e os interesses do povo. (NUNES LEAL, 1946, DA MATTA, 1985, REIS, 1995, p. 02 apud AVRITZER, 2004)

As associações comunitárias, criadas através de movimentos populares, que buscavam organizar-se para lutar pelos seus direitos, têm seu ponto de partida desde a década de 30, onde eram conhecidas como “amigos do bairro”. Contudo, foi apenas nos anos 80 que essas associações vieram a se solidificar e, marcar presença forte no âmbito social. O desenrolar do desenvolvimento destas associações foram um pouco turbulentas já que, em seus primórdios, muitas vezes foram manipuladas por forças políticas, que desvirtuaram sua verdadeira missão, ou seja, a busca do interesse coletivo e, passaram a servir com meios de angariar votos para políticos corruptos. (BASTO, SD, BRESCIANI, 2003 apud AZEVEDO, 20013) A ditadura militar no Brasil contribuiu para que os amigos do bairro tornasse um tipo de entidade que favorecia ao clientelismo. Esse fator agravou ainda mais a imagem dessas instituições aumentando consideravelmente sua deterioração moral e sua credibilidade. Com isso a Igreja Católica, buscando fortalecer a luta pelos direitos dos marginalizados, criou comunidades eclesiais de base. Essas foram os alicerces para as associações de bairros que conhecemos hoje. (SANTOS, 2002 apud AZEVEDO 2003)

Organização das Sociedades de Amigos de Bairro (SABs), (uma forma de unificação pouco homogênea), em que os sujeitos se articulam segundo objetivos, interesses e problemas próprios de cada bairro e dos perfis de seus integrantes, muitas vezes englobando também a possibilidade de práticas políticas marcadas por ações clientelistas. (NOVAES, 2014, p. 1)

Pozzer (2010) ressalta a relevância dessas entidades comunitárias quando se remete a elas da seguinte maneira:

Com o processo de amadurecimento democrático no Brasil, houve um alargamento dos espaços públicos. Um exemplo claro disso foi o surgimento das associações, que vieram para colaborar como espaço para democratização da informação, destinada, em tese, a ser um ambiente para propiciar a participação da sociedade civil no debate público de situações tanto nacionais, quanto em situações do cotidiano local dos grupos envolvidos. (POZZER, 2010, p. 31)

Wagner Freire Rocha ressalta a dificuldade que o brasileiro tem em forma uma consciência coletiva que favorece o associativismo no país.

A sociedade carece de uma identidade coletiva, as pessoas estão, em sua maioria, preocupadas com os interesses individuais, e terminam esquecendo a importância da ação coletiva para o bem de todos. (ROCHA, 2009, p. 1)

O amadurecimento sócio político das camadas sociais mais pobres no Brasil, teve como ponto de partida vários fatores como a ditadura, problemas econômicos nacionais nessas duas décadas e a crescente onda de marginalização que permeava as camadas populares. Desta forma, levados pela necessidade intensa de uma qualidade de vida melhor,

começaram a reivindicar seus direitos, e assim melhorando sua organização gradativamente ao ponto de ter influencia sobre o poder público daquela época. Por mais que esses movimentos, levados principalmente pela busca de moradia, tenham contribuído para a estrutura associativa popular que atualmente conhecemos hoje e que, vem se desenvolvendo a cada dia, nesse período, a lutas sociais se desvinculavam das associações civis por detectar nesses traços predominantes de clientelismo, mandonismo entre outros fatores que favorecia o interesse ilícito de alguns políticos. (ALBURQUERQUE, MARIA CARLOS, 2006, p. 38)

A identidade dos novos movimentos de luta por moradia busca diferenciar-se das associações de moradores, por enxergá-las como expressão de uma modalidade tradicional de organização social comunitária, e seu caráter pontual seria promotor de clientelismo mais do que da efetivação de direitos. No entanto, uma vez organizadas em nível nacional e reivindicando espaços políticos mais ambiciosos, essas Associações de Moradores promovem uma reorganização que dialoga com esse questionamento, e revela que tratar esse tipo de organização como expressão de uma política “tradicional” e “obsoleta” é simplificar a questão. (ALBURQUERQUE, MARIA CARLOS, 2006, p. 38)

Em se tratando de participação popular, novas perspectivas sócio política surgiram nos anos 70 e 80 no Brasil, decorrentes de tempos turbulentos de ditadura nacional que instigaram o povo a sair do comodismo e lutar pelo que acreditavam. Durante esse doloroso processo, os problemas sociais e econômicos ocasionaram grandes movimentos das camadas mais pobres e marginalizadas, protagonizadas na maioria por jovens brasileiros que organizaram passeatas e protestos, muitas vezes a custas de suas próprias vidas. Contudo foi através desses acontecimentos negros, que os conhecimentos sobre participação civil expandiram-se e amadureceram em âmbito nacional. Estes novos conhecimentos, traziam em seu bojo, um enriquecimento do conhecimento político pelas pessoas e com isso, uma nova visão se estendia para formação de uma sociedade mais consciente, buscadora de seus direitos e deveres perante o setor público. Dessa forma, movimentos sociais, buscaram seus direitos, pautados nessa visão que trazia o cidadão como colaborador na gestão pública. (COSTA, OLÍVIA SALGADO, 2006, p 14)

Diferente dos anos anteriores, onde as reivindicações dos direitos eram restritos a sobrevivência, posto que os direitos sociais estivessem entrelaçados as determinações dos direitos privados e de quem detinha o poder, nessa nova fase no âmbito sócio político, o poder civil, a voz do povo buscava mais do que o direito a sobrevivência, já que, estes começavam “*a ter voz*” para buscar o direito a uma vida de qualidade melhor.

A transformação das práticas sociais pelos movimentos sociais se deu através da definição de quais eram seus direitos. Esses direitos não eram mais limitados à noção de direito formal advindo das classes dominantes e do Estado – uma concepção liberal do direito que se promove pela incorporação política dos setores excluídos da sociedade para a reprodução do capitalismo. O “direito de se ter direitos”, surgido com esses movimentos sociais, colaborou para a constituição de uma nova cidadania no Brasil, uma cidadania “de baixo para cima”. Esse novo conceito de cidadania que vem de “baixo para cima” diferenciou-se da cidadania regulada e da cidadania concedida. (COSTA, OLÍVIA SALGADO, 2006, p 14).

Diante do exposto, fica a indagação: que fator ou fatores aconteceram para que mudanças significativas acontecessem nessas décadas? Podemos enumerar muitos aspectos que proporcionaram essas mudanças. Entre um destes, está o neoliberalismo, o qual, com sua filosofia de Estado mínimo, diminui o poder e a influência do Estado e, proporciona uma

estrutura baseada no que se conhecia como mão invisível do mercado. A mão invisível do mercado favorecia o setor privado e, assim, potencializava seu poder aumentando drasticamente as diferenças sociais.

Avritzer (2004) nos sequencia alguns fatores que foram cruciais para essa nova estrutura favorável à democracia não apenas representativa, mas também participativa, da seguinte maneira:

- Um crescimento exponencial das associações civis, em especial das associações comunitárias (Boschi, 1987; Santos, 1993; Avritzer, 2000). Boschi (1987) mostrou o número de associações civis que surgiram durante os anos de 1978 e 1980 na cidade do Rio de Janeiro foi superior ao número de associações formadas durante o período democrático anterior (1946-1964). Na cidade de Belo Horizonte, na década de 1980, triplica o número de associações civis. O número de associações civis também aumenta muito em São Paulo, Porto Alegre e outras grandes cidades brasileiras. (BOSCHI, 1987 apud AVRITZER, 2000)
- Uma reavaliação da ideia de direitos. O discurso político brasileiro não deu até o início da democratização a devida importância à ideia de direitos. Os direitos humanos não eram plenamente respeitados pelo Estado no período democrático anterior a 1964. A partir da democratização, a ideia de direitos humanos, os discursos da cidadania adquirem centralidade na organização da sociedade civil brasileira.
- A defesa da ideia de autonomia organizacional em relação ao Estado. O Estado brasileiro se consolidou nos anos 1930 a partir de uma doutrina forte intervencionista na sociedade. Esse legado foi mais forte no que tange às relações capitais – trabalho, mas foi também extremamente influente em outras áreas. A partir da democratização a noção de demarcação entre sociedade civil e Estado e de autonomia organizacional tornam-se importantes.
- A defesa de forma pública de apresentação de demandas e de negociação com o Estado (COSTA, 2002 apud AVRITZER, 2006). O modo de atuar da sociedade civil brasileira também se modifica a partir da democratização. Ela passa a atuar de forma mais aberta privilegiando abaixo-assinados e formas públicas de apresentação de demandas para o Estado, entre as quais se destacavam as emendas populares no processo constituinte. (WHITAKER, 1994 apud AVRITZER, 2006)

O neoliberalismo foi preponderante para o fortalecimento do capitalismo. A força do mercado catalisada pela força do capitalismo ampliou as dificuldades dos pobres de usufruírem o direito de uma vida melhor. De fato, nesse ínterim, os pobres ficaram marginalizados em relação aos seus direitos já que, de um lado o Estado podia apenas oferecer o mínimo desses direitos e do outro, o mercado privado, levado pela sede do lucro enfraquecia a realização desses direitos. Esse grau de injustiça social instigou o povo a lutar pelos seus direitos, impulsionados pela insatisfação, proporcionadas por inúmeros problemas sociais como pobreza, violência, desemprego e no caso do Brasil, também a ditadura militar. “À medida que o capitalismo se consolida, as lutas sociais vão deixando de ser apenas pela subsistência e surgem concepções alternativas dos direitos.” (GOHN, 1999, p.13 apud DE SOUSA, MARIA DAS DORES, 2004).

A participação civil, de forma mais direta na gestão pública, através de associações, sindicatos e outros tipos de mecanismos, teve grande respaldo em seu desenvolvimento após a redemocratização do país nos anos 80. A Constituição de 1988, nossa última Carta Magna, proporciona espaços onde as pessoas possam influenciar e participar no setor público. (ROCHA, 2009, p 1).

No Brasil, o processo de redemocratização do país que se intensificou no final dos anos 80 e início dos anos 90, culminando na instituição da democracia com a promulgação da Constituição de 1988, trouxe uma força maior, à participação popular no setor público. A nova Carta Magna possibilitou a manifestação civil de maneira direta no planejamento, decisão e influência sobre o primeiro setor. As pessoas se viram instigados a criar mecanismos que levassem suas demandas sociais de maneira efetiva ao poder público, fazendo com que a república não fosse apenas representativa, mas também, participativa. A associação comunitária como um destes mecanismos, se constitui como um receptor das demandas sociais do local e, decodificam estas as autoridades públicas, tendo como respaldo a força da opinião popular, que por sua vez alimenta a estrutura representativa desse mesmo poder. (COSTA, OLÍVIA SALGADO, 2006)

Assim como os autores Wagner Freire (2006) e Avritzer (2004) colocam, é possível perceber que, as políticas públicas, tendo como ponto de partida a colonização, que tinha como base uma estrutura que favorecia as classes mais abastadas e marginalizavam as classes mais pobres, criou no seio da sociedade brasileira um estado passivo em relação à gestão pública. Dessa forma, esses valores distorcidos, mesmo com a redemocratização do país séculos depois, ainda persistem, dificultando que o povo possa usufruir desses mecanismos para participar das ações no setor público.

As ideologias neoliberais, o fortalecimento do capitalismo, trouxeram ao Estado a necessidade de entidades participativas como associação comunitária. Contudo, outro fator surge nesse meio que favorece ainda mais o surgimento de uma política descentralizada do Estado. A evolução das Tecnologias de Informações, impulsionando o fenômeno chamado globalização, transformou as realidades sociais, políticas e econômicas muito mais intensas, causando no Estado a necessidade de delegações para poder realizar ações públicas mais eficazes, efetivas e eficientes.

As reformas realizadas nos anos 90, notadamente a privatização, a liberalização comercial e a abertura da economia, tiveram eficácia no desmonte dos alicerces da antiga ordem, de tal forma que qualquer perspectiva de retorno ao passado torna-se anacrônica. (DINIZ, 2001, p. 3)

Com a evolução nas TI's e o advento da globalização, as fronteiras que antes se caracterizam como obstáculos para uma política descentralizada do Estado foram superados. É um grande equívoco pensar no processo de globalização, potencializado principalmente pelos avanços nas tecnologias de informações, como apenas um fator de caráter econômico. Esse processo vai bem mais, além disso, posto que, influencia consideravelmente todos os setores da sociedade e da vida humana. (DINIZ, 2001) As crescentes e constantes enxurradas de novos conhecimento e informações, tornaram o ambiente volátil e sempre em transformação, trazendo incertezas em todos os setores. Em contrapartida, as demandas sociais se manifestaram cada vez maiores e complexas, pois com informações mais fáceis e rápidas o demandante aumentou o nível de conhecimento sobre o próprio mundo ao seu redor, isso inclui o que consome, seus interesses e direitos. O antigo Estado centralizado se tornava incapaz de atuar de forma satisfatória, nesse contexto que exige uma amplitude na maneira de gerir. Assim, a transformação de paradigmas e surgimentos de novos colocou a necessidade de um fator de apoio ao governo, contribuindo assim com o surgimento do chamado terceiro setor, dentro desse setor, encontra-se a entidade pública, assunto desse estudo, ou seja, as associações comunitárias.

O terceiro setor diante do “encolhimento do Estado” é um dos mecanismos que possibilita um suporte necessário, para que as demandas sociais cada vez mais complexas e maiores, possam ser respondidas de uma maneira o mais satisfatória possível. Assim esse

setor anda lado a lado com o Estado, sem ser subordinado a esse, mas sim, tendo um relacionamento de apoio mútuo. O crescimento do terceiro setor aumenta a cada dia, e sua influência permeia a estrutura social contemporânea. A facilidade em encontrar espaço para atuar nesse setor tão relevante ao Estado, tem atraído muitas pessoas e organizações de diversos ramos. Contudo, essa mesma facilidade muitas vezes, tem favorecido interesses ilícitos de entidades e pessoas que se aproveitam dessa oportunidade em favorecimento próprio.

Nesse contexto, o Estado não se tornou limitado da maneira como pretendia o neoliberalismo, pois sua influência se estendeu pelos três setores, sendo que seu papel de gestor é usado como mediador e condutor para que estes três setores (Estado, mercado e terceiro setor) juntos, possam favorecer em primeiro lugar ao interesse público. Cabe assim ao novo Estado no papel de condutor, intervindo de maneira responsável, de maneira indireta, quando necessário, buscando direcionar as ações e atividades desses três setores para um desenvolvimento pleno. O contrapeso para que não existam atitudes ilícitas nem arbitrarias nessa estrutura é a busca da coexistência entre esses três setores, que de uma maneira ou de outra estão interligada com o interesse coletivo.

Cada vez mais, os Estados nacionais tornam-se parte de um sistema de poder de teor supranacional, tornando artificial a rígida contraposição fatores externos-fatores internos. Eis porque administrar com maior ou menor autonomia a inserção do país no sistema internacional não requer apenas capacitação técnica de elites iluminadas, mas depende de opções políticas em prol da defesa da soberania e do fortalecimento do poder de negociação dos governos nacionais. (DINIZ, 2001, p. 01)

A pesquisadora e professora Maria das Dores de Sousa (2004) da Universidade Federal do Piauí afirma que:

(...) em virtude da perspectiva neoliberal centrada no mercado os direitos humanos são submetidos aos termos de um plano econômico que agravou a miséria, concentrando a renda e comprometendo os recursos destinados aos programas sociais, interferindo sensivelmente na relação Estado-sociedade e civil. (DE SOUSA, MARIA DAS DORES, 2004, p. 2)

A verdade é que as associações comunitárias, entidades pertencentes ao terceiro setor, são mecanismos relevantes para que o cidadão possa, de fato, participar do meio público em todas suas facetas, evoluindo de uma estrutura apenas representativa para uma também participativa.

Bem estruturada, uma associação pode obter grande representatividade política, tornando-se instrumento de obtenção, junto aos empresários e aos órgãos políticos representativos do município, do estado, ou da federação, uma série de benefícios que são revertidos para a população, melhorando assim, a qualidade de vida. (SANTOS, 2002 apud AZEVEDO, 2013).

Contudo, diante do que foi explanado através dos principais estudiosos aqui mencionados é que, o brasileiro tende a ter um comportamento alienado diante do poder que é colocado em suas mãos. Até aonde, a cultura e valores enraizados em nós, contribuem para um envolvimento na participação pública superficial e até onde a ausência de iniciativas que proporciona uma politização civil contribui para que tenhamos esse tipo de comportamento? Muitas perguntas se manifestam e poucas respostas veem ao esse encontro. A abertura para a participação popular é extremamente importante para o desenvolvimento do Estado contemporâneo. Contudo se a população não for politizada, não receber uma qualificação técnica, o conjunto desse processo não responderá de maneira efetiva como esperado. Para que as pessoas possam participar de maneira proativa e efetiva, é necessário entender o meio

complexo de interesses conflituosos e normas complicadas, que terão de lidar para que seus direitos não sejam burlados. (ROCHA, 2009, p. 3)

Art. 9º - São direitos dos Sócios:

- a) Votar e ser votado;
- b) Usufruir de todos os serviços oferecidos pela associação;
- c) Recorrer de qualquer decisão da diretoria executiva;
- d) Requerer a convocação de assembleia geral em caráter extraordinário;
- e) Apresentar por escrito ou verbalmente, à coordenação ou ao conselho qualquer reivindicação ou assunto de seus interesses ou da associação;
- f) Ter acesso a todos os livros de natureza contábil e financeira, bem como a todos os planos, relatórios, prestações de contas e resultados de auditoria independente;

Parágrafo I – Considera-se em pleno gozo dos direitos sociais o (a) sócio (a) que estiver com até duas mensalidades em atraso, excluindo-se o mês da realização do evento, em qualquer instância da associação. (ESTATUTO, Da Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores do Bairro Dr. José Ósimo, 2009, p. 9)

O Estatuto é um dos principais documentos utilizados em uma associação comunitária. É através dele, que as regras normativas que estruturam a organização da entidade e os comportamentos de seus membros, possibilita que as ações e atividades dentro desse ambiente aconteçam de maneira harmoniosa. Dessa forma, o Estatuto da Associação Comunitária de Pequenos Agricultores do Bairro Dr. José Ósimo, na cidade de Tauá, traz em seu bojo diretrizes disciplinadoras e normatizadas, garantindo direitos, deveres, punições entre outras diretrizes aos seus membros sócios.

Art. – São deveres dos sócios

- a) Respeitar o presente estatuto e zelar pelo seu file cumprimento;
- b) Defender os interesses da associação;
- c) Pagar mensalidades conforme os valores e prazos definidos em assembleia geral;
- d) Participar para constituição do patrimônio da associação podendo, se quiser fazer doações de bens patrimoniais;
- e) Comparecer as reuniões das Assembleias Gerais para as quais forem convocados;
- f) Zelar pelo patrimônio da Associação;
- g) Respeitar as decisões da Assembleia Geral. (ESTATUTO, da Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores do Bairro Dr. José Ósimo, 2009, p. 3)

Analisando de maneira mais detalhada o documento em questão, nota-se que seu conteúdo direto e simples deixa perante a essa entidade, normas superficiais e diretrizes que podem ter sentido ambíguo. Esse fator pode ser um problema quanto à manipulação por interesses individuais ilícitos, que possam se manifestar de alguma maneira. Em casos de documentos normativos e disciplinadores é necessário que possua um conteúdo sem ambiguidade, para que possam ser compreendido e exercido de uma única forma, evitando assim equívocos desnecessários. Em se tratando de um documento relacionado ao meio publico esse zelo redobra, afinal, ao setor publico, só é permitido fazer tudo aquilo que esteja sob a égide da lei, enquanto aos demais é permitido fazer tudo aquilo que a lei não proibiu.

Podemos dizer então que esse meio, onde a manifestação pública é possível, de maneira organizada, dentro da égide da lei, busca defender os direitos e interesses de todos que a ela se dirigem, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa. Também tem o papel proativo de buscar soluções aos problemas decorrentes do bairro, seja junto aos poderes políticos e entidades privadas (ESTATUTO, da Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores do Bairro José Ósimo, 2009, p. 1)

Através de entrevistas e observações, foi detectado um conhecimento superficial sobre o verdadeiro sentido da associação por parte de seus sócios membros na entidade analisada. Dessa forma, fica a insegurança de que, um povo de posse de um conhecimento relativamente pouco, não politizado, possa ter grandes limitações ao utilizar esse espaço na busca de seus direitos. Também fica a insegurança de manipulações, por quem detém um conhecimento profundo sobre essa estrutura política pública em favor de algumas ideologias políticas. Contudo a boa vontade e o esforço presente em alguns membros, inclusive da diretoria, em conseguir buscar satisfazer as demandas do bairro, buscando muitas vezes barrar interesses contrários aos interesses coletivos, renova a esperança de um aprendizado contínuo que futuramente possa possibilitar um maior desempenho da Associação dos Pequenos Agricultores do Bairro Dr. José Ósimo, na cidade de Tauá.

3 METODOLOGIA

O assunto abordado por esse trabalho ainda é pouco explorado tanto em âmbito nacional quanto local. Diante da dificuldade de angariar dados relevantes, para a construção de um conhecimento efetivo, demandou-se um grande número de pesquisas e exaustivas leituras a fim de colher dados que fosse se encaixando como peças de um grande quebra cabeça.

O primeiro passo para realizar o trabalho, foi a utilização de fontes bibliográficas retiradas da internet, buscando sempre se certificar de fontes confiáveis e também fontes documentais. Não foi possível encontrar livros que abordasse o assunto. Além disso, certos documentos bibliográficos, embora contendo dados relevantes em relação ao assunto, não trazia em seu corpo apenas os dados demandados pela pesquisa. Assim, era necessária uma atenção redobrada para captar o que se queria e ao mesmo tempo, confrontar com a realidade da entidade estudada. Diante disso, necessitou-se de informações da associação de bairro para ser possível essa intersecção de informações. Dessa forma, entrou no processo outra etapa, a pesquisa de campo. Em primeiro momento, foi feita uma observação não participativa para detectar a cultura, valores e costuras sociais. De posse desses dados, foi possível encontrar pontos em comum com as pesquisas bibliográficas. A pesquisa de campo ainda contou com uma pesquisa qualitativa, realizada através de entrevistas com os membros da associação. Foi realizada no dia 07 de abril, uma entrevista aberta com 20 membros da associação. O objetivo dessas entrevistas era colher dados sobre o perfil dos membros, o grau de conhecimento sobre o processo de participação popular, a visão sobre esse processo e como eles definiam sua participação dentro da associação e o papel dessa instituição na busca dos direitos coletivos. O conteúdo dessa entrevista foi embasado nas observações feitas na associação por vários dias, e também, pela pesquisa documental, realizada através do estudo do Estatuto da Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores de Tauá, que em conjunto com os dados colhidos através das observações, serviu como norte para as perguntas feitas tanto ao presidente da associação como também aos membros.

. O objetivo era colocar as perguntas o mais próximo possível da realidade dos membros, para que fosse possível colher respostas relevante à elaboração desse trabalho. Contudo, em todo processo, buscou-se direcionar as perguntas para trabalhar pontos positivos e negativos dessa entidade, detectados durante o processo de observação. Esse método de pesquisa também analisou a postura, de maneira discreta, de determinados membros influentes, ligados com ideologias partidárias e membros da diretoria.

Foi realizada também uma entrevista com o Presidente da Associação Comunitária. Essa entrevista aconteceu através de uma gravação, na tentativa de colher o máximo de dados

possíveis que pudessem formar um conhecimento relevante. Contudo, antes foi preciso analisar os pontos e dados colhidos através das entrevistas com os membros e através das observações in loco, com a finalidade de filtrar os pontos relevantes a serem debatidos. Logo em seguida foram escolhidos assuntos importantes para servir como uma estrutura aberta para esse processo. Antes de prosseguir, a pessoa em questão, foi avisada sobre a gravação da entrevista, e de comum acordo, esse processo teve início. Buscou salientar nessa etapa, uma ótica administrativa sobre a missão e o gargalo detectados pelos processos anteriores de angariação de dados. Por ultimo, foi usada uma pesquisa documental, através do estudo do Estatuto da Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores de Tauá, que também serviram como embasamento para as perguntas feitas tanto ao presidente da associação como também aos membros.

O confronto de todos esses dados forneceu um conhecimento esclarecedor e levantaram diversas dúvidas que servirão como pretexto para futuras pesquisas. Assim, essa pesquisa poderá servir, quem sabe, como um ponto de partida para o aprofundamento da questão levantada e que é tão relevante ao meio social político contemporâneo.

4 RESULTADOS E DISCURSÕES

A Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores do Bairro Dr. José Ósimo é uma entidade civil, sem fins lucrativos, com sede na Rua Pedro Alves Feitosa, SN, Bairro José Ósimo, Tauá-CE, sendo regido por estatuto e leis que lhe forem aplicáveis e atualmente composta por 50 membros ativos.

Os habitantes do bairro José Ósimo, cidade de Tauá-Ce, sentindo a necessidade de melhorias no bairro começaram a se reunir, formando um grupo que tinha como meta exigir do poder público, as satisfações das necessidades do bairro. Contudo, essas pessoas, levadas pelas necessidades coletivas do bairro, não possuíam nenhum conhecimento sobre a estrutura organizacional de uma associação, nem tampouco, esse grupo formado estava embasado na égide da lei. Assim, a Associação do Bairro Dr. José Ósimo, conhecida na época como Associação Comunitária Chico Fortaleza, levando esse nome em homenagem a um de seus fundadores, de maneira legal perante a lei, ou seja, sendo registrada em cartório e tendo regras normativas em um estatuto, foi fundada anos depois, em 2003.

A associação em epígrafe tinha como intuito inicial ser voltada a todos os moradores do bairro para que estes pudessem exercer sua participação civil da melhor forma possível. Contudo, os membros percebendo que a maioria das pessoas que compunha a entidade pública eram agricultores e, percebendo que essa classe de trabalhadores precisava de um órgão que representasse seus direitos, resolveram ampliar a atuação da associação quando resolveram defender também os interesses dos trabalhadores do campo. Dessa forma, o nome da associação modificou-se para Associação de Pequenos Agricultores do Bairro Dr. José Ósimo. No entanto, a finalidade dessa entidade, embora voltada a priori para os agricultores, também continuava a defender os interesses de todos sem distinção de raça, cor ou religião.

Art. 2º A Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores do Bairro Dr. José Ósimo tem como finalidades:

- a) Defender os direitos de todos que a ela se dirigir, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa.
- b) Buscar soluções para resolver os problemas do bairro, junto aos poderes públicos ou entidades privadas, quando necessário. (ESTATUTO da Associação, 2009, p. 1)

Estando aberta não apenas aos agricultores e moradores do bairro José Ósimo, mas todos da cidade de Tauá e de suas localidades que tenham pretensão de participar dessa entidade pública, a Associação em comento tem a primeira vista um papel sócio político bem mais amplo que o delimitado por seu Título, já que seu atendimento se amplia e não mais se restringe às necessidades dos moradores, trabalhadores e agricultores do bairro. De acordo com o Presidente atual, o Sr. Francisco Gonçalves de Lima, a entidade está aberta não apenas a pessoas que trabalham na lavoura, mas todos trabalhadores, sem distinção de profissões.

Art. 6º - Serão sócios da Associação, os moradores do Bairro José Ósimo, pequenos agricultores que trabalhem em qualquer localidade de Tauá ou mesmo, por toda e qualquer família que procure a entidade no sentido de pleitear a participação do quadro de sócios, sem distinção de cor, sexo, nacionalidade, credo religioso ou político. Com idade a partir de 16 anos. (ESTATUTO, Art. 6º, Capítulo III, 2009, p.2)

O Estatuto da Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores do Bairro José Ósimo é um documento simples e direto, dividido em seis capítulos que, fornece regras normalizadoras, dinamizando e dando o suporte necessário para sua organização e ação no contexto sócio político que se propõe. Esse documento está disponível ao público que tenha interesse de conhecer as diretrizes normalizadoras dessa entidade, além de ser um dos passos mais importantes para qualquer associação comunitária.

“(...) os espaços públicos constituídos democraticamente na base da cooperação e confiança, necessitam de existência jurídica sustentada por um estatuto com finalidade não ilícita, sem fins lucrativos.” (POZZER, MILENA DOS SANTOS, 2010, p. 35)

Os sócios membros encontram diretrizes normativas no Estatuto da Associação. Assim, nesse documento, está explanado desde a maneira e o requisito necessário para ser sócio membro, como também direitos, deveres e punições em caso de ações e comportamentos que possam prejudicar a essa entidade. Dessa forma, o Estatuto da Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores do Bairro José Ósimo, tem grande relevância para a organização estrutural dessa instituição. Embora o convite para sócios membros seja bastante amplo, pois abrange qualquer pessoa da cidade e de suas localidades, um item no Estatuto, de certa forma, limita essa amplitude já que, pois, para ser membro sócio é necessário que o candidato seja aprovado pela Assembleia Geral. Essa norma não é arbitrária já que, para desaprovar o ingresso de um pretendente a membro sócio é necessário está embasado nas leis que normatizam esse tipo de espaço para manifestação pública e também no próprio estatuto da associação.

“Art. 7º - Será decidida em Assembleia Geral a entrada de novos associados.”

“Art. 8º - Os Sócios terão direitos e deveres, conforme especificação neste estatuto.” (ESTATUTO da Associação, Art. 7º/Art. 8º. Capítulo III, 2009, p. 2)

Os sócios membros, depois de serem registrados e aceito seu ingresso na entidade, deve pagar uma pequena mensalidade para a manutenção e organização do próprio estabelecimento. Essa é a única fonte onde a associação se apoia para realizar suas ações, não tendo participação de doações do setor público ou privado. Muitas vezes, as mensalidades dos membros sócios não é o suficiente para gastos inesperados, com custos mais elevados como reforma e concerto de algo.

A Associação Comunitária é dirigida por Assembleia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal. A Assembleia Geral é composta por todos os membros sócios da instituição. A diretoria é composta pelo presidente, vice-presidente, secretário, segundo secretário, primeiro tesoureiro e segundo tesoureiro. Já o conselho fiscal é composto por três membros sócios e

seus respectivos suplentes, sendo um presidente e mais dois membros. Todos os deveres e obrigações destes para com a associação estão assegurados no estatuto.

De acordo com o Presidente da Associação de Pequenos Agricultores do Bairro Dr. José Ósimo a entidade desde que foi fundada, tem se voltado a buscar levar as demandas sociais do bairro até o poder público local. Essa interação entre o poder público local e a associação acontece muitas vezes através de convites, onde um ou outro convida para se reunirem e tratarem de assuntos comuns entre os dois. Dessa forma, quando o poder local, através do gestor do executivo municipal necessita informar algo a associação comunitária, envia um convite marcando uma reunião e, a associação, porta-se da mesma forma. Assim, acontece o feedback entre esses poderes procurando sempre o interesse coletivo. As reuniões na associação acontecem uma vez ao mês, mas pode, desde que se tratando de um assunto urgente ou importe, ser marcada uma reunião extraordinária. Estas reuniões extraordinárias para que todos possam participar se utiliza de um mecanismo de comunicação muito útil na região que é o rádio. Desse modo, coloca-se um aviso na emissora de rádio marcando a reunião e convidando a todos, desde os membros sócios aos interessados em participar. Alguns mecanismos que a associação já se utilizou para pressionar o poder público a atender suas demandas são documentos como, baixo assinado e ir a uma rádio local e falar sobre o assunto.

A missão da associação não consiste apenas em resolver problemas e interesses envolvendo os moradores e o poder público. Assim, está dentro de sua alçada resolver problemas internos e intervir em determinados problemas sociais dentro do bairro que esteja prejudicando a ordem pública. O convívio entre os sócios membros na associação funciona também como uma maneira de reencontro, proporcionando laços de amizade e prazer. Desse modo, através dos encontros que acontecem uma vez ao mês, muitas vezes são comemoradas festas como aniversários, comemorações de feriados nacionais e municipais. Estes acontecimentos reforçam o vínculo social entre os participantes e pode ser visto por muitos até mesmo como um momento de lazer. Em entrevistas com alguns membros dessa, muitos destes responderam o quanto se sentiam felizes de participarem da associação alegando ser a mesma um ponto de encontro com os amigos e o conhecimento das novidades do bairro.

A maioria dos membros sócios dessa entidade são semianalfabetos, e assim, existe por parte destes um conhecimento muito superficial sobre qual realmente é o papel de uma associação comunitária. O meio complexo que envolve a política seja partidária ou a que se utiliza para se resolver assuntos que nos interessa, como é o caso de uma associação de bairro, requer um grau de conhecimento que possa ao menos fortalecer um senso efetivo de civismo no cidadão. Dessa forma, os membros sócios tem diante de si uma barreira cultural que tem de ser rompida pelo esforço do mesmo, e dessa maneira buscar conhecer os novos parâmetros que estrutura a gestão participativa.

Dois fatores explicam a baixa adequação da infraestrutura de serviços públicos na maior parte das cidades brasileiras nesse período: o baixo nível de organização da população do país e a fortíssima tradição clientelista com suas repercussões no sistema de distribuição de bens públicos. (AVRITZER, 2000, p.06)

Um fator que, de início não aparenta causar nenhum problema, mas que, com o tempo, foi se revelando um obstáculo aos interesses coletivos do bairro é o fato de um interesse individual se enraizar na associação colocando o interesse coletivo em segundo plano. A maioria dos sócios membros da associação trabalha na agricultura, por esse motivo grande parte dos que compõe a entidade estão em busca de conseguir documentos que possam ser útil para o aposento por idade. Este detalhe explica a presença da grande maioria dos componentes dessa associação ser da 3ª idade. O problema se materializa á medida que o

integrante tem como único intuito conseguir os documentos necessários para o processo de sua aposentadoria, deixando o interesse coletivo de melhoria do bairro, não apenas em segundo plano, como também esquecido. Além das pessoas que buscam através da associação documentos para a aposentadoria, existem outros integrantes que também buscam nessa entidade documentos para benefícios sociais. Esse fenômeno começou ocorrer logo no início, quando a associação mudou de nome e passou a defender também os interesses dos agricultores da região. O resultado disso é um grande número de evasão por parte dos membros sócios já que, uma vez tendo logrado êxito em seu interesse abandona a associação. Outro ponto negativo que se pode observar, é que o conhecimento sobre a gestão participativa, nos sócios membros é muito pouco, e assim, em confronto com antiga cultura e valores repassados de geração em geração como o clientelismo, a tendência a preferir uma formação organizacional verticalizada, faz com que essa nova tendência de gestão seja muitas vezes vista com certo descrédito.

Quando se fala em influencia política partidária dentro dessa entidade pública, todos são unânimes em dizer que já houve, mas que, no tempo atual, não existe mais essa prática dentro da associação, pois muitos membros haviam deixado de ser sócio membro devido a esse fator. Contudo, quando esse assunto é mais bem trabalhado é possível perceber que, embora não exista uma participação ativa dentro desse meio em relação a filosofias partidárias, ainda se detecta pequenos elementos que podem induzir o interesse desse órgão de maneira indireta. Um exemplo disso, são pessoas que tenham intimidades com determinados partidos locais e que fazem parte até mesmo da diretoria, são os conhecidos na região como “cabo eleitoral”. O cabo eleitoral é uma pessoa, geralmente respeitável no meio social, cuja opinião pode influenciar o meio onde se encontra. Não foi possível a verificação de tais práticas de maneira mais presente, entretanto, em entrevista com membros da associação, foi possível saber que em ano de eleições, essas pessoas são mais ativas na associação, participando sempre das reuniões e deixando a figura de seu representante político em destaque constante. Esta é uma antiga prática usada pelos políticos brasileiros para enganarem o povo e manipularem os interesses destes de acordo com os interesses individuais dos mesmos.

Além das problemáticas supracitadas, já mencionadas como: evasão, desvio da missão da associação e influencias políticas partidárias ainda existe outro problema que pode ser considerado um dos maiores gargalos encontrados na associação, sendo a ausência de interesse das pessoas em participar das ações e atividade dessa entidade e o comodismo dos habitantes do bairro. Como já foi exposto aqui, a maioria não procura a entidade para solucionar os problemas do bairro, mas satisfazer necessidades individuais. As pessoas que poderiam participar de forma efetiva para que a associação ganhasse força perante o poder público local acomodam-se em suas casas e não participam. Assim, uma luta que deveria ser de todos passa ser uma luta de poucos já que, muito dos participantes da própria associação, em se tratando de lutar pelas melhorias do bairro é desmotivado a dar apoio por que tem outro interesse próprio. Dessa forma, a influência que a Associação de Pequenos Agricultores do Bairro Dr. José Ósimo deveria ter, é gravemente comprometida, e assim, chega sem muita força perante as autoridades políticas locais.

5 CONCLUSÃO

Ao analisar a Associação de Pequenos Agricultores do Bairro Dr. José Ósimo, é possível perceber que esta possui grandes contrastes em sua atuação. Se por um lado ela busca cumprir sua missão, ou seja, lutar pelas melhorias do bairro seja diante do poder político local ou diante dos problemas cotidianos pertencentes aos moradores, por outro lado sua força e

limitada e chega até não ter voz diante de certas situações que exija uma postura mais segura e forte.

Esse desfecho é ocasionado por vários fatores que, em conjunto, entorpece e limita a ação dessa entidade pública. Realmente, como visto em outras associações comunitária, de acordo com o estudo realizado, exista uma influência política partidária visível, mesmo sendo de forma indireta, essa pode comprometer e muito a atuação da associação. Contudo, esse não é o maior problema desse órgão. Um dos maiores problemas encontrados nele, é a ausência de interesse por parte dos moradores do próprio bairro que, se acomodam diante das necessidades do lugar. Alguns fatores podem ser pontuados aqui, como causa desse desinteresse e acomodação dos sócios membros e da população local. O primeiro ponto, são interesses individuais dos sócios que os desviam da real missão dessa instituição. A associação de pequenos agricultores do bairro Dr. José Ósimo, deixou de ser um órgão que luta pela melhoria do bairro, para ser apenas um lugar onde se consegue documentos para aposentadoria e benefícios sociais de acordo com a óptica dos sócios membros e de quem busca ser parte integrante desse espaço. Dessa forma, quando os interesses coletivos, associados as demandas do bairro José Ósimo, buscam a força da associação, essa responde de maneira pouco efetiva e de maneira limitada, já que poucos membros se empenham nessa luta. Outro ponto que precisa ser colocado é que, o título da associação e sua proposta expansiva de atendimento que engloba toda a cidade e os trabalhadores, enfraquecem os vínculos e laços com o bairro, fazendo com que esse interesse seja colocado em segundo plano já que, muitos dos seus membros sócios não pertencem ao bairro. Esse fator leva a quebra da hegemonia cultural da instituição por um lado, já que nem todos participam desse interesse, fortalecendo por outro lado, a hegemonia da mesma, através de algo incomum entre a maioria, o de conseguir documentos para algum fim de interesse próprio. Assim, até mesmos os moradores do bairro, sócio membros, sentem-se desmotivados perante uma estrutura de atendimento social expansiva como essa.

Nesse caso, talvez uma das saídas a ser estudadas e/ou avaliadas para solução dos problemas fosse dividir a Associação de Pequenos Agricultores do Bairro Dr. José Ósimo em duas. Uma para atender os agricultores e profissionais da região e outra para atender o interesse apenas do bairro e seus moradores. Claro que, para essa mudança ser efetiva é necessário trabalhar o conhecimento sobre gestão participativa, civismo, o papel desse tipo de associação no meio sócio político com os moradores já que, velhos paradigmas que favorecem a uma estrutura política verticalizada, clientelismo, mandonismo ainda persistem na cultura e valores dessas pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, M.C. **Participação Popular nas Políticas Públicas**. Polis, 2006.
Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/939/939.pdf>. Acesso em 13 de Março de 2014.

ALECRIM, C. G. M. et al. **Metodologia da Pesquisa e da Produção Científica**. Solar, 2011.
Disponível em:
<http://www.solar.virtual.ufc.br/arquivos/prof/2741/4/282255/apostila_metodologia_v1.pdf>.
Acesso em 30 de abril de 2014.

AVRITZER, L. **Sociedade Civil e Participação Popular no Brasil**. Google Acadêmico.

Disponível em:

<<http://ligiatavares.com/gerencia/uploads/arquivos/1b1f265f82523b57537f1cfac0b66dee.pdf>>

Acesso em 02 de fevereiro de 2014.

AVRITZER, L. **Instituições Participativas e Desenho Institucional**: Algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. Scielo. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/op/v14n1/02.pdf>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2014.

AVRITZER, L. **Modelos de liberação democrática**: uma análise do orçamento participativo no Brasil. Plataformademocratica. Disponível em:

<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/12479_Cached.pdf>. Acesso em 25 de março de 2014.

COSTA, O.S. **Associação de Moradores em Debate no Município de Campinas**.

Biblioteca Digital da UNICAMP/SBU, 2006. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000445173&fd=y>>. Acesso

em 10 de fevereiro de 2014.

DE AZEVEDO, I.F.N.L. **Representatividade da Associação dos Moradores dos Parques Residenciais do conjunto de Ponta Negra e Alagamar**, Natal/RN. UFRN, 2013. Disponível em:

<http://www.cchla.ufrn.br/dpp/gpp/TCCS_geral/2013_tccs_downloads/arquivos_downloads/AZEVEDO_Igor_Fernandes_Neves_Luciano_de_Representatividade_da_Associacao_dos_Moradores_dos_Parques_Residenciais_do_conju.pdf>. Acesso em 10 de fevereiro de 2014.

DE SOUSA, M.D. **As Associações de Moradores e seu Papel no Exercício da Cidadania Aliado aos Direitos Humanos**. UFPI. Disponível em:

<http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2004/GT.6/GT6_2_2004.pdf>. Acesso em 23 de fevereiro de 2014.

DINIS, L. Globalização, **Reforma do Estado e Teoria Democrática Contemporânea**. Sielo, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400003>. Acesso em 01 de março de 2014.

ESTATUDO da Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores do Bairro Dr. José Ósimo. Estatuto da Associação, Tauá, v. 1. n. 1, p. 1/11, 2009.

NOVAES, E.D. Direito e Política no Espaço Urbano: Uma breve análise das sociedades amigos de bairro. *Sociologiajuridica*, 2014. Disponível em:

<<http://www.sociologiajuridica.net.br/lista-de-publicacoes-de-artigos-e-textos/59-movimentos-sociais-e-direito-/136-direito-e-politica-no-espaco-urbano-uma-breve-analise-das-sociedades-de-amigos-de-bairro->>>. Acesso em 5 de março de 2014.

POZZER, M.A.S. Socialização Política: Promoção da cidadania através das associações de moradores. Uel, 2010. Disponível em:

<<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/4.MilenePozzer.pdf>>. Acesso em 20 de novembro de 2013.

ROCHA, W.F./CRA/ES N° 8763. Participação Popular na Administração Pública: Realidade ou Ilusão?. *Craes*. Disponível em:

<http://www.craes.org.br/arquivo/artigoTecnico/Artigos_Participa%C3%A7%C3%A3o%20Popular%20na%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%BAblica-Realidade%20ou%20Ilus%C3%A3o_31.pdf>. Acesso em 04 de fevereiro de 2014.